

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (PRÓ-SAÚDE)

TÍTULO I Disposições Preliminares

CAPÍTULO I *Do Programa de Assistência à Saúde*

Art. 1º. O Programa de Assistência à Saúde (PRÓ-SAÚDE) objetiva proporcionar assistência médica complementar aos servidores da Câmara dos Deputados e a seus dependentes com vistas ao tratamento, prevenção e recuperação da saúde, mediante modelo associativista, de caráter estritamente social, sem fins lucrativos, na forma estabelecida neste regulamento.

Art. 2º. O PRÓ-SAÚDE consistirá de :

- I** - serviços próprios do Departamento Médico, sem ônus para o servidor;
- II** - serviços prestados por instituições públicas ou privadas e por profissionais liberais ajustados, conveniados ou contratados, com participação financeira do servidor;
- III** - serviços prestados por profissionais liberais e instituições públicas ou privadas de livre escolha do servidor.

Art. 3º. A assistência prestada pelo PRÓ-SAÚDE não exclui a utilização dos serviços e benefícios proporcionados pela previdência oficial.

CAPÍTULO II *Dos Beneficiários*

Art. 4º. São beneficiários diretos do PRÓ-SAÚDE, desde que regularmente inscritos, todos os servidores ativos, ocupantes de cargo efetivo, inativos, respectivos dependentes, bem como os pensionistas vinculados à Câmara dos Deputados, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos.

§ 1º O pensionista não responsável pelo grupo familiar poderá cadastrar-se como titular do PRÓ-SAÚDE.

§ 2º Será permitida ao pensionista participante como titular do PRÓ-SAÚDE a inscrição de apenas dependentes indiretos, previstos no art. 6º deste regulamento.

Art. 5º. São considerados dependentes diretos do servidor, desde que devidamente inscritos no Departamento de Pessoal da Câmara dos Deputados:

- I** - o cônjuge;
- II** - a companheira ou companheiro designado desde que comprovada união estável como entidade familiar;
- III** - filhos solteiros ou enteados menores de vinte e um anos ou inválidos de qualquer idade;
- IV** - filhos solteiros ou enteados menores de até vinte e quatro anos, desde que sejam dependentes econômicos e estejam cursando estabelecimento de ensino de 3º grau;
- V** - irmãos solteiros, inválidos ou interditados por alienação mental que vivam sob sua dependência econômica e constem na declaração do Imposto de Renda;
- VI** - menor de vinte e um anos que, mediante autorização judicial, viva na companhia e às expensas do servidor e conste na declaração do Imposto de Renda;
- VII** - pai e mãe que, sem economia própria, vivam sob sua dependência econômica e constem na declaração do Imposto de Renda.

Parágrafo único. Cada um dos dependentes referidos nos incisos IV a VII, para ser inscrito e mantido no PRÓ-SAÚDE, deverá atender cumulativamente às seguintes condições:

- I** - dependência econômica exclusiva do servidor, desde que a renda do dependente não seja superior a um salário-mínimo;
- II** - comprovação de que reside com o titular, em imóvel deste ou por ele mantido.

Art. 6º. São dependentes indiretos do servidor:

- I** - pais, filhos e enteados quando não enquadrados na hipótese prevista no parágrafo único do art. 5º;
- II** - sogro e sogra;
- III** - netos;
- IV** - irmãos;
- V** - outros parentes legalmente reconhecidos.

§ 1º O servidor poderá inscrever no PRÓ-SAÚDE até quatro dependentes indiretos, admitindo-se a alteração das inscrições após dois anos e a substituição, a qualquer tempo, do dependente que vier a falecer.

§ 2º O dependente indireto inscrito no PRÓ-SAÚDE poderá utilizar-se apenas das entidades e profissionais nele credenciados, exclusivamente para consultas médicas, exames laboratoriais e radiológicos.

§ 3º O dependente indireto não faz jus aos serviços prestados pelo Departamento médico;

§ 4º O pagamento das despesas realizadas pelo dependente indireto será efetuado diretamente à entidade ou profissional liberal, devidamente credenciado, no ato da prestação do serviço.

§ 5º O regime de livre escolha e de ressarcimento de despesas não se aplica ao dependente indireto.

§ 6º O servidor que promover a inscrição de dependentes indiretos responderá, por si e seus herdeiros, pelos prejuízos morais ou materiais causados pelo uso indevido das credenciais que lhe tiverem sido fornecidas.

CAPÍTULO III

Da Inscrição, do Desligamento e da Readmissão

Art. 7º. A utilização dos serviços e da assistência proporcionados pelo PRÓ-SAÚDE implica a aceitação, por parte do servidor, das condições estabelecidas neste regulamento e normas complementares.

Art. 8º. A inscrição do servidor no PRÓ-SAÚDE dar-se-á automaticamente, sendo-lhe facultado manifestar-se em contrário mediante preenchimento de formulário próprio, dentro dos dois meses subsequentes ao da vigência deste ato, sendo-lhe restituídas as contribuições que tiverem nesse período sido descontadas em sua folha de pagamento.

Parágrafo único. O servidor que se desligar do PRÓ-SAÚDE fará jus apenas ao atendimento prestado pelo Departamento Médico.

Art. 9º. A inscrição em data posterior à estabelecida no art. 8º implica a observância dos seguintes prazos de carência:

- I** - dois meses para consultas médicas e exames complementares;
- II** - três meses para internação hospitalar;
- III** - quatro meses para tomografias computadorizadas, ressonância magnética e exames radiológicos intervencionistas;
- IV** - nove meses para atendimentos obstétricos e cirurgias ginecológicas;
- V** - doze meses para os casos de internação em UTI (unidade de terapia intensiva), UTIN (unidade de terapia intensiva neonatal), cirurgia plástica restauradora e cirurgia cardiovascular.

§ 1º Os prazos de carência estabelecidos nos incisos I a V são dispensados nos casos de acidentes pessoais e de emergência.

§ 2º A inscrição de dependentes será efetuada mediante solicitação do servidor, após atendidas as exigências previstas neste regulamento.

Art. 10. Perde a condição de beneficiário do PRÓ-SAÚDE o servidor que cometer falta grave na utilização dos benefícios.

§ 1º São consideradas faltas graves:

I - deixar a descoberto eventuais débitos para com o PRÓ-SAÚDE, por mais de noventa dias após o vencimento;

II - descumprir as disposições deste regulamento, ou utilizá-las com fraude, para fins lucrativos ou em benefício de terceiros.

§ 2º O cancelamento da inscrição do servidor, no caso deste artigo, será efetivada pelo Conselho Diretor.

Art. 11. O servidor que, por qualquer motivo, tiver cancelada a sua inscrição no PRÓ-SAÚDE deverá devolver toda a documentação em seu poder, sob pena de se obrigar a ressarcir com o acréscimo de trinta por cento de multa todas as despesas referentes ao uso indevido.

Art. 12. O cancelamento da inscrição a pedido do servidor se dará no mês subsequente à solicitação, após total quitação dos débitos existentes e a devolução dos documentos em seu poder.

Art. 13. O cancelamento da inscrição do servidor no PRÓ-SAÚDE não lhe garante, após o prazo que lhe é deferido, a devolução de mensalidades já recolhidas.

Art. 14. O servidor, no caso do disposto no art. 12, poderá solicitar sua reinclusão no PRÓ-SAÚDE, sujeitando-se aos prazos de carência previstos no art. 9º e ao pagamento de taxa correspondente a duas vezes o valor do rateio, no mês da reinclusão.

TÍTULO II

Da Assistência Médico-Hospitalar e Ambulatorial

Art. 15. A assistência médico-hospitalar e ambulatorial será prestada nos termos do art. 2º e compreenderá as seguintes modalidades:

I - atendimento ambulatorial ou hospitalar;

II - meios de diagnósticos complementares, meios especiais de tratamento clínicos e cirúrgicos;

III - tratamento psiquiátrico;

IV - tratamento fisioterápico;

V - assistência fora do Distrito Federal quando caracterizada a emergência ou a inexistência de condições técnicas locais;

VI - consultas clínicas, sem ônus para o servidor, na rede de profissionais credenciados, no total de seis por núcleo familiar, não cumulativas, por ano.

Parágrafo único. Na celebração de ajustes, convênios, contratos e credenciamentos com entidades e profissionais prestadores de serviços de saúde, o Departamento Médico levará em conta a prevalência do interesse dos servidores da Casa associados do PRÓ-SAÚDE.

Art. 16. Excluem-se do amparo pelo PRÓ-SAÚDE:

I - tratamentos e cirurgias experimentais, exames e medicamentos ainda não reconhecidos pelo órgão competente de fiscalização da medicina, procedimentos não éticos, cirurgias de mudança de sexo e inseminação artificial e tratamentos que visem à esterilização e ao controle de natalidade;

II - cirurgias para correção de miopia e de hipermetropia;

III - atendimento médico e cuidados de enfermagem a domicílio;

IV - tratamentos clínicos e cirúrgicos, bem como tratamento de qualquer natureza e internações relativas a rejuvenescimento, aquisição e perda de peso, para fins estéticos, em suas várias modalidades;

V - aparelhos estéticos de substituição ou complementares de função, como óculos, lentes de contato, lentes intra-oculares, aparelhos de surdez, rim artificial, prótese, marca-passo e outros;

VI - internações em casos de tratamento de acidente de trabalho ou doenças profissionais, que são de responsabilidade da Câmara dos Deputados;

VII - atendimentos decorrentes de calamidade pública, comoções internas, guerras, revoluções, epidemias, envenenamentos coletivos, ou de quaisquer causas que atinjam maciçamente a população, inclusive decorrentes de radiações ou emanações nucleares e ionizantes;

VIII - exames histopatológicos de placenta e necropsia;

IX - tratamento de esclerose e microcirurgia de varizes;

X - lesões ou doenças decorrentes da prática de ato ilícito pelo próprio beneficiário e de atentados a própria integridade;

XI - gastos hospitalares extraordinários, inclusive os referentes a acompanhante;

XII - despesas com produtos farmacêuticos fora do atendimento ou período de internação hospitalar;

XIII - tratamentos clínicos ou cirúrgicos realizados fora do País.

§ 1º Os casos não mencionados neste artigo terão cobertura normal, desde que aprovados pela perícia médica do PRÓ-SAÚDE.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior se aplica à cirurgia plástica reconstrutora ou restauradora da aparência, quando efetuada exclusivamente para restaurar

funções em órgãos, regiões e membros lesados em decorrência de acidente ou enfermidade.

§ 3º Caberá ao Conselho Diretor do PRÓ-SAÚDE estabelecer inclusão ou exclusão de procedimentos sujeitos a autorização prévia.

CAPÍTULO II

Do Atendimento Médico-Hospitalar e Internações

Art. 17. O beneficiário do PRÓ-SAÚDE, diante da necessidade de tratamento, deverá dirigir-se a um profissional ou instituição credenciada.

Art. 18. O profissional ou instituição credenciada, salvo nos casos de emergência, somente dará início ao tratamento após a emissão da guia de atendimento (GA) respectiva.

Parágrafo único. Nos casos de urgência comprovada, que impliquem internação imediata para tratamento clínico ou cirúrgico, serão adotadas as providências exigidas na ocasião, devendo a guia de atendimento (GA) ser emitida no prazo máximo de dois dias úteis, ampliado para dez dias se a ocorrência se der fora do Distrito Federal.

Art. 19. A transferência de atendimento de um para outro profissional ou instituição credenciada poderá ser autorizada pela administração do PRÓ-SAÚDE a pedido do beneficiário ou do profissional inicialmente encarregado do atendimento, assegurada a quitação das etapas cumpridas.

Art. 20. A interrupção do tratamento por culpa ou iniciativa do beneficiário será considerada abandono, assegurada a remuneração ao profissional ou instituição pelos trabalhos já efetuados e cobrada integralmente ao associado a despesa correspondente.

Art. 21. O beneficiário poderá utilizar por livre escolha os serviços de profissionais e instituições fora da rede credenciada.

Parágrafo único. No caso deste artigo, o ressarcimento das despesas, mantida a participação financeira do servidor, obedecerá aos limites e procedimentos previstos na tabela médica adotada pelo PRÓ-SAÚDE para o mês do atendimento.

TÍTULO III

Da Assistência Odontológica

Art. 22. Poderá a administração do PRÓ-SAÚDE estabelecer convênios com clínicas e odontólogos autônomos para prestar assistência odontológica sob a modalidade de pagamento direto.

§ 1º Os orçamentos dos serviços serão pautados por tabela própria do PRÓ-SAÚDE, com base na tabela da Associação Brasileira de Odontólogos - ABO, ficando o pagamento sob a inteira responsabilidade do titular, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 2º De acordo com a disponibilidade de recursos, o Conselho Diretor poderá redimensionar, em caráter geral, o padrão de assistência odontológica de modo a reduzir a participação financeira dos beneficiários no custeio dos serviços.

TÍTULO IV

Dos Programas Especiais

Art. 23. O Conselho Diretor, observadas as disponibilidades financeiras, poderá autorizar a implementação de programas especiais.

Parágrafo único. Entendem-se por programas especiais projetos diretamente relacionados com os objetivos do PRÓ-SAÚDE, a serem definidos e regulamentados pelo Conselho Diretor.

TÍTULO V

Dos Recursos Financeiros

Art. 24. Constituem recursos financeiros do PRÓ-SAÚDE:

- I** - dotação orçamentária alocada na atividade própria do orçamento da Câmara dos Deputados;
- II** - participação dos associados, compreendendo:
 - a) contribuição mensal correspondente ao rateio das despesas globais do PRÓ-SAÚDE ocorridas no mês anterior, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 25;
 - b) quota-parte das despesas realizadas pelos beneficiários, na forma do art. 26;
- III** - doações e transferências recebidas;
- IV** - multas, mora e restituições recolhidas por associados;
- V** - rendimentos de aplicações financeiras;

VI - outras receitas.

Parágrafo único. Os recursos oriundos do inciso II serão descontados em folha de pagamento e os referentes do III ao VI serão recolhidos em conta-corrente bancária especialmente aberta para este fim, nos termos do inciso V do art. 30, podendo ser aplicados no mercado financeiro mediante autorização do Conselho Diretor.

Art. 25. Compete à Secretaria Executiva do PRÓ-SAÚDE estabelecer mensalmente o valor da contribuição dos servidores, decorrente de rateio, após submetê-lo à aprovação do Conselho Diretor.

§ 1º A contribuição mensal é de caráter obrigatório, não podendo seu valor ultrapassar 300 CH (Coeficiente de Honorários Médicos estabelecidos na tabela da AMB) ou outro índice que o substitua.

§ 2º Nos dois primeiros meses de vigência do PRÓ-SAÚDE, o valor da contribuição mensal será de 150 CH.

§ 3º A primeira contribuição será consignada em folha de pagamento no mês seguinte ao da publicação deste ato.

Art. 26. A quota-parte do associado na cobertura das despesas médico-hospitalares e de exames complementares realizados por ele e seus dependentes far-se-á com base nas seguintes faixas de contribuição:

FAIXA	PARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS	LIMITE DE PARTICIPAÇÃO
1	15%	1 000 CH
2	20%	1 500 CH
3	25%	2 000 CH
4	30%	2 500 CH

§ 1º A distribuição dos titulares por nível de participação será determinada em função da classificação por faixas de rendimentos relativos ao mês da realização das despesas, mediante ato do Conselho Diretor.

§ 2º Sempre que a participação financeira do titular atingir o teto de contribuição, o respectivo desconto em folha será efetuado em duas parcelas iguais, sem juros ou correção.

§ 3º O valor da mensalidade e o da participação do servidor na utilização do PRÓ-SAÚDE que ultrapassarem o limite de consignação em folha serão pagos mediante débito autorizado em conta-corrente bancária até, no máximo, sessenta dias do seu vencimento, contados a partir do último dia útil do mês em que seria descontado em folha.

§ 4º Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo terceiro, se não quitado o débito, o seu valor será atualizado monetariamente, com correção diária, de acordo com os índices vigentes no País.

§ 5º O participante que não estiver percebendo remuneração, por motivo de afastamento regulamentar, sem ônus para a Câmara dos Deputados, poderá optar pela utilização do PRÓ-SAÚDE mediante pagamento da mensalidade e da participação nas despesas, através de carnê emitido pelo PRÓ-SAÚDE.

§ 6º Outras formas de participação do titular em programas especiais terão seus percentuais e critérios estabelecidos em normas complementares a serem editadas pelo Conselho Diretor.

Art. 27. Em caso de livre escolha o pagamento será feito mediante ressarcimento, obedecidas as tabelas adotadas pelo PRÓ-SAÚDE, sobre as quais incidirá o percentual de participação do usuário, conforme o art. 26 e seus parágrafos.

§ 1º Constitui assistência por ato de livre escolha a prestada por profissionais e instituições não credenciados pelo PRÓ-SAÚDE.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão autorizados ressarcimentos e tratamentos de saúde realizados no exterior.

TÍTULO VI

Da Administração do Plano e das Competências

Capítulo I

Disposições Gerais

Art. 28. O PRÓ-SAÚDE será dirigido por um Conselho Diretor.

§ 1º O Conselho Diretor do PRÓ-SAÚDE é constituído pelos seguintes membros:

- I** - Diretor-Geral, como Presidente;;
- II** - Diretor Administrativo, como Vice-Presidente;
- III** - Diretor Legislativo;
- IV** - Diretor do Departamento Médico;
- V** - Diretor do Departamento de Pessoal;
- VI** - Diretor do Departamento de Finanças e de Controle Interno;
- VII** - Diretor do Departamento de Material e Patrimônio;
- VIII** - Representante oficial do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União - SINDILEGIS.

§ 2º O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente.

Art. 29. O PRÓ-SAÚDE contará com uma Secretaria Executiva, composta, exclusivamente, por servidores do quadro de pessoal da Câmara dos Deputados .

CAPÍTULO II

Das Competências

Art. 30. Ao Conselho Diretor compete:

- I** - estabelecer as diretrizes e normas do PRÓ-SAÚDE;
- II** - apreciar a previsão orçamentária da participação da Câmara dos Deputados no PRÓ-SAÚDE;
- III** - apreciar a prestação de contas mensal e o relatório anual das atividades do PRÓ-SAÚDE e providenciar a sua publicação no Boletim Administrativo;
- IV** - aprovar a celebração de convênios, ajustes e contratos;
- V** - escolher a entidade operacionalizante do PRÓ-SAÚDE;
- VI** - autorizar a abertura de conta-corrente vinculada ao PRÓ-SAÚDE, em nome da entidade operacionalizante, junto à Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Brasil, a qual deverá ser movimentada mediante a assinatura conjunta de um membro do Conselho Diretor e um dirigente da entidade operacionalizante, dentre os especialmente designados para esse fim, ou, na falta ou impedimento destes, em caráter excepcional, por dois membros do Conselho Diretor;
- VII** - assinar, por intermédio do Presidente, ou do Vice-Presidente, na ausência do primeiro, contrato de prestação de serviços com a entidade operacionalizante;
- VIII** - autorizar a aplicação dos recursos disponíveis no mercado financeiro;
- IX** - autorizar o pagamento de despesas; e
- X** - exercer outras atribuições necessárias ao desenvolvimento do PRÓ-SAÚDE.

Parágrafo único. O Conselho Diretor deliberará pelo voto da maioria de seus membros.

Art. 31. Ao Departamento Médico compete:

- I** - prestar assessoramento técnico necessário à otimização do PRÓ-SAÚDE;
- II** - opinar sobre todos os atendimentos realizados à conta do PRÓ-SAÚDE;
- III** - opinar sobre o credenciamento de entidades e de profissionais liberais prestadores de serviços na área de saúde e participar na elaboração dos respectivos instrumentos contratuais;

- IV** - atuar como elemento homologador do PRÓ-SAÚDE; e
- V** - exercer outras atribuições correlatas no âmbito do PRÓ-SAÚDE.

Art. 32. À Secretaria Executiva compete:

- I** - propor a rescisão de contratos de credenciamento à vista de denúncias dos titulares;
- II** - examinar faturas e propor glosas;
- III** - proceder ao levantamento do rateio das despesas globais do PRÓ-SAÚDE;
- IV** - elaborar a proposta orçamentária da participação da Câmara dos Deputados no PRÓ-SAÚDE;
- V** - prestar apoio ao Conselho Diretor;
- VI** - preparar a prestação de contas mensal e anual do PRÓ-SAÚDE;
- VII** - controlar os recursos do PRÓ-SAÚDE; e
- VIII** - outras atribuições na forma determinada pelo Conselho Diretor

Art. 33. A entidade operacionalizante é responsável pela execução do PRÓ-SAÚDE, no que se refere às despesas custeadas com recursos diretamente arrecadados, obedecidas as determinações do Conselho Diretor.

Parágrafo único. À entidade operacionalizante compete:

- I** - exercer atividades necessárias à operacionalização do PRÓ-SAÚDE, nos termos do contrato firmado com a Câmara dos Deputados, por intermédio do PRÓ-SAÚDE;
- II** - celebrar contratos de credenciamento com entidades privadas e com profissionais liberais previamente aprovados pelo Conselho Diretor;
- III** - elaborar e apresentar, mensalmente, a Secretaria Executiva do PRÓ-SAÚDE, prestação de contas e relatório das atividades e serviços realizados; e
- IV** - movimentar, em conjunto com o Conselho Diretor, a conta bancária, de natureza especial, do PRÓ-SAÚDE, relativa à participação financeira dos servidores e outras receitas diretamente arrecadadas, realizando, inclusive, quando autorizado pelo Conselho Diretor, aplicações financeiras nas instituições de que trata o inciso VI do art. 30.

TÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 34. A Secretaria Executiva contará com espaço físico adequado e material permanente e de consumo necessários alocados pela Câmara dos Deputados.

Art. 35. O PRÓ-SAÚDE disporá de servidores cedidos pela Câmara dos Deputados, ficando-lhes assegurados todos os direitos, vantagens e benefícios do cargo, sem ônus para o Programa..

Parágrafo único. Não poderá ser feita a contratação de pessoal para atendimento do PRÓ-SAÚDE, nem atribuídas gratificações aos responsáveis por sua administração e execução, como encargo do Programa

Art. 36. A prestação de contas anual das atividades do SAÚDE deverá integrar as contas da Câmara dos Deputados.

Art. 37. O PRÓ-SAÚDE sujeita-se a auditoria financeira, administrativa e operacional pela Auditoria Interna da Câmara dos Deputados.

Art. 38. Os detalhamentos que se fizerem necessários à operacionalização deste regulamento serão objeto de normas complementares emanadas do Conselho Diretor.

Art. 39. Compete ao Conselho Diretor decidir sobre os casos omissos relacionados com este regulamento.

Câmara dos Deputados, 18 de março de 1993.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Presidente da Câmara dos Deputados